



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 1\$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional de Lisboa.

ASSINATURAS	
As três séries . . . Ano	960\$
A 1.ª série . . . "	140\$
A 2.ª série . . . "	120\$
A 3.ª série . . . "	120\$
Semestre	200\$
"	80\$
"	70\$
"	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação de depósito prévio a efectuar na Imprensa Nacional de Lisboa.

SUMÁRIO

Ministério da Justiça:

Portarias n.os 21 522 e 21 523:

Alteram os quadros das secções centrais de informações e arquivo das secretarias-gerais dos tribunais das comarcas de Lisboa e do Porto.

Ministério das Finanças:

Portaria n.º 21 524:

Aprova os impressos dos modelos destinados à execução por processo mecanográfico do lançamento da contribuição predial — Considera os mesmos impressos como exclusivos da Imprensa Nacional de Lisboa e revoga as Portarias n.os 15 264, 15 704 e 18 380.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Justiça

Portaria n.º 21 522

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46 459, de 28 de Julho de 1965, o quadro da secção central de informações e arquivo da secretaria-geral dos tribunais da comarca de Lisboa seja formado por um lugar de catalogador (escriturário de 1.ª classe), dois de escriturário de 1.ª classe e um de escriturário de 2.ª classe, criados por esta portaria, e pelos lugares de fiel de arquivo (escriturário de 1.ª classe), um de escriturário de 2.ª classe e o de oficial-porteiro, que transitam do quadro actual da referida secretaria-geral.

Ministério da Justiça, 11 de Setembro de 1965. — O Ministro da Justiça, João de Matos Antunes Varela.

Portaria n.º 21 523

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46 459, de 28 de Julho de 1965, o quadro da secção central de informações e arquivo da secretaria-geral dos tribunais da comarca do Porto seja formado por um lugar de catalogador (escriturário de

1.ª classe) e um de escriturário de 1.ª classe, criados por esta portaria, e pelos lugares de fiel de arquivo (escriturário de 1.ª classe), um de escriturário de 2.ª classe e o de oficial-porteiro, que transitam do quadro actual da referida secretaria-geral.

Ministério da Justiça, 11 de Setembro de 1965. — O Ministro da Justiça, João de Matos Antunes Varela.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Serviços Mecanográficos

Portaria n.º 21 524

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças:

1.º Aprovar, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 40 025, de 3 de Janeiro de 1955, os impressos constantes dos modelos anexos, destinados à execução por processo mecanográfico do lançamento da contribuição predial:

- S. M. — Modelo C. I. 10 — Alterações em relação ao ano anterior — Contribuintes a figurar no lançamento — Rendimentos (rostos e intercalares).
- S. M. — Modelo C. I. 11 — Relação dos números dos contribuintes a retirar do lançamento (rostos e intercalares).
- S. M. — Modelo C. I. 12 — Relação-índice e de descharge (rostos e intercalares).
- S. M. — Modelo C. I. 13 — Relação dos rendimentos isentos (rostos e intercalares).
- S. M. — Modelo C. I. 14 — Conhecimentos e avisos das contribuições a pagar por uma só vez.
- S. M. — Modelo C. I. 15 — Conhecimentos de duas prestações.
- S. M. — Modelo C. I. 16 — Conhecimentos de quatro prestações.
- S. M. — Modelo C. I. 17 — Aviso de pagamento.

2.º Considerar os citados impressos como exclusivos da Imprensa Nacional de Lisboa.

3.º Revogar as Portarias n.os 15 264, 15 704 e 18 380, respectivamente, de 21 de Fevereiro de 1955, de 23 de Janeiro de 1956 e de 5 de Abril de 1961.

Ministério das Finanças, 11 de Setembro de 1965. — Pelo Ministro das Finanças, Manuel Tarujo de Almeida, Subsecretário de Estado do Orçamento.

Modelo C. I. 10 — Rosto

Códigos		
Direito	Casalho	Bairro

Distrito d..... Concelho d.....
.....º Bairro

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL

Lançamento do ano de 19

ALTERAÇÕES EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

(Contribuintes a figurar no lançamento)

RENDIMENTOS

Nota. — Esta relação deve ser somada em todas as colunas de rendimento e da importância do juro e será datada e assinada pelo chefe da Repartição de Finanças.

S. M. — Mod. C. J. 10--Recto
Formato do papel: (2 A₁=297 mm > 150 mm)

Módulo 1 - 803.8 - Finanças / Fundação de Ensino Superior da Unimed

(Pdg. 2)

(u) A indicação «4» só deverá fazer-se quando a divisão em 4 prestações seja legalmente possível.

(Pág. 3)

(a) A indicação só deverá fazer-se quando a divisão em 4 prestações seja legalmente possível.

Modelo C. I. 10 — Intercalar (Pág. 1)

(a) A indicação «4» só deverá fazer-se quando a divisão em 4 prestações seja legalmente possível.

8. M. — Mod. C. I. 10-Intercalare
(Δ -sau mai > 200 mm)

M. - Mod. C. I. 10 - later
($\lambda = 840 \text{ nm} > 720 \text{ nm}$)

Modelo n.º 908-1 - Finanças (Exclusivo da Imprensa Nacional de Lisboa)

(Pág. 2)

(a) A indicação «iv» só deverá fazer-se quando a divisão em 4 prestações seja legalmente possível.

Nota. — Quanto aos contribuintes que não ser retirados e que foram tributados no último lançamento, mas que possuam também rendimentos isentos da contribuição predial inscritos em seu nome, deve o respectivo número ser inscrito nas duas colunas.

Modelo C. I. 11 — Rosto

(Pág. 3)

Códigos

Distrito d..... Concello d.....

Concello d.

Bairro

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL

Lançamento do ano de 19

ALTERAÇÕES EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

(CONTRIBUINTE A RETIRAR)

Nota. — Esta relação será datada e assinada pelo chefe da Repartição de Finanças.

8. M. - Med. C. L. 11-Bo-to
Estimativa: 100 g (12 x 12 mm x 120 mm)

Modelo n.º 804-R – Finanças (Extrato da Inspeção Notarial de Utilização)

Note. — Quanto aos contribuintes que vão ser retirados e que foram tributados no último lançamento, mas que possuem também rendimentos líquidos da contribuição predial inscritos em seu nome, deve o respectivo número ser inscrito nas duas colunas.

Modelo C. I. 11 — Intercalar (Pág. 1)

Folha n.

(Pdg. 2)

Nota. — Quanto aos contribuintes que vão ser retirados e que foram tributados no último lançamento, mas que possuem também rendimentos isentos da contribuição predial inseridos em seu nome, deve o respectivo número ser inserido nas duas colunas.

8. *M.*—Mod. C. 1. 11—Intercalary
(A₁-219 mm × 297 mm)

Modelo n.º 924-1 - Financas (Exclusivo do Banco Nacional de Libras)

Nota. — Quanto aos contribuintes que vão ser retirados e que foram tributados no último lançamento, mas que possuam também rendimentos isentos da contribuição predial inscritos em seu nome, deve o respectivo número ser inscrito nas duas colunas.

Modelo C. I. 12 — Rosto

CONCELHO D

• BAIRRO

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL DO ANO DE 19

Relação índice e de descarga dos documentos de cobrança entregues ao tesoureiro da Fazenda Pública do concelho ou bairro supra

9. 開...Mod. C. L. 19-Resto
($\lambda_1 = 291 \text{ nm}$ > 473 nm)

Modelo n.º 005-R - Finanças (Exclusivo da Imprensa Maciçal de Lages)

Modelo C. I. 12 — Intercalar

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL (RELAÇÃO ÍNDICE E DE DESCARGA)

CONCELHO			BAIRRO		FOLHA N.º									
Rendimentos colectáveis		Importância do juro de 4 por cento	Colectas e adicionais		Total	Importância de cada prestação				Número do contribuinte	Datas de pagamento das prestações			
Rend. 1	Urban. 2		Da contribuição predial rústica 3	Da contribuição predial urbana 5		Primeira 8	Segunda 9	Terceira 10	Quarta 11		Primeira 13	Segunda 14	Terceira 15	Quarta 16
5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5				

5. M.—Med. C. L. 12—Intercalary
($1\frac{1}{2}$ mm. \times 37 mm. \times 47 mm.)

Mathematics 2021, 9, 5400

Modelo C. I. 13 — Boston

Modelo C - T - 13 — Intercalar

Códigos		
Distrito	Escolha	Bolso

Distrito d *Concello d*

Concelho de

Bairro

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL

Lancamento do ano de 19

RENDIMENTOS ISENTOS

9. *N.* — Med. C. I. 13-Retro
(λ_1 -216 mm \times 397 mm)

Motivo n.º 904-R - Finanças (Excluído do Imposto Nacional de Renda)

S. M. — Mod. C. I. 13—Intercalae

Matlab v. 6.5.1.6 - Elementos Clásicos de la Teoría Matemática

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL							
I. A. PRESTAÇÃO							
<table border="1"> <tr> <td>Conselho</td> <td>B.º</td> <td>Número do contribuinte</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Ano à que respeita</td> </tr> </table>		Conselho	B.º	Número do contribuinte	Ano à que respeita		
Conselho	B.º	Número do contribuinte					
Ano à que respeita							
<p align="center"><i>Ano à que respeita</i></p>							
<p align="center"><i>Importância actual previsível</i></p>							
<p align="center"><i>O Chefe da Repartição de Finanças.</i></p>							
<p align="center"><i>que pague a que a contribuição é destinada</i></p>							
<p align="center"><i>CORRANHA EM JANEIRO DO ANO SEGUINTE</i></p>							

Modelo C. I. 17 (Frente)

Modelo C. I. 17 (Verso)

S. R.

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL
Da Tesouraria de Fazenda Pública de1.º AVISO
Deve trazer este aviso quando vier pagar

DE QUE TEM A PAGAR NESTA TESOURARIA A QUANTIA ABALHO INDICADA PROVENIENTE DA CONTRIBUIÇÃO PREDIAL E ADICIONAIS QUE INCIDIRAM SOBRE OS RENDIMENTOS DOS PRÉDIOS INSCRITOS EM SEU NOME

Ano a que respeita	Número do contribuinte	Colecta e adicionais	Nº da prest.	Importância da 1.ª prestação

Data: _____

O Tesoureiro da Fazenda Pública,

Vide outras indicações no verso.

Modelo n.º 910 — Financas (Exclusivo da Imprensa Nacional de Lisboa)
S. M.— Mod. C. I. 17 (112 mm X 198 mm)

Modelo C. I. 17 (Frente)

NOTE BEM

I — A contribuição deverá ser paga em duas prestações iguais, com vencimento, respectivamente, em Janeiro e Julho. Poderá, todavia, pagar-se em quatro prestações, quando o contribuinte assim o tenha declarado, em impresso do modelo 134, no mês de Julho anterior, e, neste caso, serão as prestações pagas em Janeiro, Abril, Julho e Outubro.

Em qualquer hipótese não poderão as prestações ser de importância inferior a 100\$.

Não sendo paga qualquer das prestações no mês de vencimento, começará a correr imediatamente juros de mora.

Passados 60 dias sobre o vencimento da última das duas prestações sucessivas sem que se mostre efectuado o respectivo pagamento, haverá lugar a procedimento executivo para arrecadação da totalidade do imposto, considerando-se para o efeito vencidas as prestações ainda não pagas.

TABELA DOS JUROS DE MORA

No 1.º mês pagam-se	0,70 %	No 8.º mês pagam-se	7,10 %
No 2.º mês pagam-se	1,45 %	No 9.º mês pagam-se	8,25 %
No 3.º mês pagam-se	2,20 %	No 10.º mês pagam-se	9,60 %
No 4.º mês pagam-se	3,13 %	No 11.º mês pagam-se	10,70 %
No 5.º mês pagam-se	4,04 %	No 12.º mês pagam-se	12 %
No 6.º mês pagam-se	5 %		aumentando-se uma unidade por cada mês além do 12.º
No 7.º mês pagam-se	6,04 %		

II — Os pagamentos até ao dia poderão fazer-se por meio de vales do correio, cheques do Banco de Portugal, Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Prudência ou por cheques visados por qualquer destes estabelecimentos.

Para tanto, os vales ou cheques serão passados à ordem do tesoureiro da Fazenda Pública do concelho ou bairro onde tiver lugar o pagamento, devendo constar a sobrecharge a vermelho «Pagamento de dívidas ao Estado» e incluir-se a importância da dívida, dos juros de mora, quando devidos, bem como 1\$ por cada conhecimento e sendo remetidos ao respectivo tesoureiro, sob registo, e com a antecedência necessária para poderem ser recebidos na tesouraria antes de expirar o prazo da cobrança voluntária ou o prazo em relação ao qual foi feita a contagem dos juros de mora incluídos no vale ou cheque.

Nesta carta de remessa ao tesoureiro os interessados enviarão os avisos ou indicarão com a maior clareza as espécies de contribuições ou impostos a pagar, os nomes dos devedores, e anotarão a que respeitam e o número do conhecimento que figura no aviso.

A esta carta junta-se-lhe um sobreescrito devidamente estampilhado e endereçado para remessa, também sob registo, dos documentos pagos.

Ministério das Finanças, 11 de Setembro de 1965. — Pelo Ministro das Finanças, *Manuel Tarujo de Almeida*, Subsecretário de Estado do Orçamento.